

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624 CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60 SITE: Igarapava.sp.leg.br

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 06/2025

Dispõe sobre a construção e conservação de calçadas, passeios públicos, guias e sarjetas no município de Igarapava-SP e dá outras providências.

Art. 1º Fica regulamentada a construção e conservação das calçadas, passeios públicos, guias e sarjetas do Município de Igarapava-SP, visando garantir acessibilidade, segurança, livre acesso e mobilidade para pedestres.

Art. 2º Os responsáveis por imóveis, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos dotados de calçamento, passeio público, guias e sarjetas, são obrigados a executar sua construção, manter e conservá-los na extensão correspondente à sua testada.

§ 1° Consideram-se responsáveis previstos no caput:

I - o proprietário, o titular do domínio útil ou da nua propriedade, o condomínio ou o possuidor do imóvel, a qualquer título;

II – o responsável e titular de loteamentos;

III - a União, o Estado, o Município e os órgãos e entidades da respectiva Administração
 Indireta, quanto aos imóveis de seu domínio, posse, guarda ou administração;

IV - concessionárias de serviço público, se a necessidade de obras e serviços resultar de danos provocados pela execução do contrato de concessão.

- § 2º Os responsáveis referidos no inciso I e II serão solidariamente responsáveis pela regularidade das calçadas e dos passeios públicos de seus imóveis, nos termos das disposições desta lei, bem como por eventuais penalidades decorrentes do seu descumprimento.
- § 3º Os responsáveis mencionados no inciso II deverão entregar a infraestrutura do empreendimento devidamente concluída, incluindo a construção de calçada e mureta perimetral com altura mínima de 50 (cinquenta) centímetros, de acordo com as normas técnicas aplicáveis. § 4º Os próprios dos Governos Federal e Estadual, bem como os de suas autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas, ficam submetidos às exigências desta lei,

La for



PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624 CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: Igarapava.sp.leg.br

podendo, em relação aos próprios dos Governos Federal e Estadual, se necessário, ser celebrados convênios para o seu cumprimento.

- **Art. 3º** As calçadas e passeios públicos deverão obedecer aos padrões estabelecidos pela Lei Complementar nº 57, de 07 de agosto de 2018, garantindo piso regular, faixa livre para circulação e rebaixamento em cruzamentos, além de mureta perimetral com altura mínima de 50 (cinquenta) centímetros.
- § 1º É proibida a obstrução das calçadas com obstáculos permanentes ou temporários que impeçam a livre circulação dos pedestres.
- § 2º Para os efeitos desta lei, o passeio será considerado:
- I inexistente, quando executado em desconformidade com as normas técnicas vigentes à época de sua construção ou reconstrução;
- II em mau estado de manutenção e conservação, quando apresentar buracos, ondulações, desníveis não exigidos pela natureza do logradouro ou obstáculos que impeçam a circulação livre e segura dos pedestres, bem como execução de reparos em desacordo com o aspecto estético ou harmônico do passeio existente.
- Art. 4º O não cumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:
- I notificação para regularização no prazo de 60 (sessenta) dias;
- II multa em caso de descumprimento após a notificação, na forma da Seção II da Lei Complementar nº 56, de 16 de maio de 2018;
- Parágrafo único. A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada pelo órgão municipal competente.
- **Art. 5º** Vencido os prazos estabelecidos nesta lei sem a regularização, a bem do interesse público, poderá o Município **executar os serviços requeridos**, diretamente ou através de empreitada contratada, cobrando os custos do proprietário do imóvel, sem prejuízo das multas já aplicadas.



PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624 CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

> CNPJ: 60.243.409/0001-60 SITE: Igarapava.sp.leg.br

Parágrafo único. Quando os serviços forem executados por iniciativa do Município, os custos serão acrescidos de 20% (vinte por cento) sobre o valor total, a título de despesas administrativas.

Art. 6º O Município reparará os danos que causar às obras e serviços de que trata esta lei quando da realização dos melhoramentos públicos de sua responsabilidade.

Art. 7º As permissionárias do uso das vias públicas para a implantação de equipamentos de infraestrutura urbana destinados à prestação de serviços públicos e privados repararão os danos causados aos passeios públicos na conformidade do disposto em legislação específica.

Art. 8º No caso de calçadas, passeios, guia e sarjetas em mau estado de manutenção e conservação em decorrência da existência de espécie arbórea, o responsável ficará dispensado do cumprimento da obrigação prevista no *caput* dos arts. 2º e 3º desta lei até que o corte ou a supressão seja providenciado pela Administração Municipal, nos termos da legislação vigente. **Parágrafo único.** A partir do corte ou supressão da espécie arbórea, o responsável terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para providenciar a regularização do passeio público.

Art. 9º O município de Igarapava-SP poderá criar programas de incentivo para a regularização das calcadas, incluindo:

I – parcerias público-privadas para melhoria da infraestrutura urbana;

II – descontos em tributos municipais para proprietários que realizarem a adequação voluntária dentro de prazos estabelecidos.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. A presente lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado de sua publicação.



PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624 CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO CNPJ: 60.243.409/0001-60

CNPJ: 60.243.409/0001-60 SITE: Igarapava.sp.leg.br

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Igarapava/SP, 13 de fevereiro de 2025.

CARLOS RØBERTO RØDRIGUES LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Igarapava

Protocolo 13 b 2 2 25 13:30 000 Câmara Municipal de Igarapava
ONP J 60.243.409/0001-60

Assessora da Presidencia

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624 CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60 SITE: Igarapava.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres pares este Projeto de Lei que possui como objetivo regulamentar a construção e conservação de calçadas no município de Igarapava-SP, garantindo a segurança, acessibilidade e mobilidade urbana para todos os cidadãos.

As calçadas desempenham um papel fundamental na infraestrutura urbana, proporcionando deslocamento seguro para pedestres, incluindo pessoas com deficiência, idosos, crianças e demais indivíduos com mobilidade reduzida. No entanto, a ausência de pavimentação dos passeios públicos, bem como a falta de manutenção adequada e, ainda, a presença de obstáculos têm gerado dificuldades, aumentando o risco de acidentes e quedas.

Além disso, a responsabilidade pela manutenção das calçadas já é prevista em diversos municípios brasileiros, sendo um dever compartilhado entre o Poder Público e os proprietários dos imóveis lindeiros. Dessa forma, esta proposta busca estabelecer critérios claros e normas para que as calçadas sejam construídas e conservadas dentro dos padrões técnicos aplicáveis.

O projeto também prevê medidas de fiscalização, incluindo penalidades para o descumprimento das regras, garantindo que a cidade possa manter suas calçadas em boas condições. Além disso, são propostas iniciativas de incentivo, como parcerias público-privadas e benefícios fiscais para aqueles que realizarem as adequações necessárias dentro dos prazos estabelecidos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio de Vossas Excelências para a aprovação deste projeto, visando o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável do município.

Igarapava/SP, 13 de fevereiro de 2025.

Protocolo 13 102 25 13:30 hs Câmara Municipal de Igarapava

CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Igarapava

Câmara Municipal de Igarapava Silvia Maria Carrer

Assessora da Presidencia